

**Protocolo de Cooperação  
entre o  
Instituto Geográfico Português  
e a  
Câmara Municipal de Lagoa – Açores**

Considerando que:

A informação geo-referenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

A Câmara Municipal de Lagoa – Açores, doravante designada por CML, carece de cartografia para as suas múltiplas actividades nomeadamente, no âmbito da gestão urbanística, planeamento de pormenor, gestão e exploração de infra-estruturas urbanas;

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é o organismo responsável pela execução da política da informação geográfica;

O IGP é responsável pela promoção, em coordenação com outras entidades públicas legalmente competentes, da cobertura cartográfica do território nacional;

O IGP, enquanto autoridade nacional de cartografia, deve apoiar e enquadrar as iniciativas deste âmbito, no sentido de integração num sistema coerente que reuna e disponibilize a informação geográfica aos vários utilizadores, aos níveis nacional, regional e local.

É celebrado o presente protocolo de Cooperação entre o IGP, com sede na Rua da Artilharia Um, 107, em Lisboa, representado por Arménio dos Santos Castanheira, na qualidade de Presidente e a CML, com sede no Largo D. João III, em Santa Cruz, Lagoa – Açores, representada por Luís Alberto Meireles Martins Mota, na qualidade de Presidente da Câmara, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula 1ª  
Âmbito geográfico**

A área geográfica de actuação da CML integra as áreas das respectivas freguesias, sem prejuízo da sua extensão ou restrição decorrente das alterações legislativas a publicar em matéria de descentralização administrativa.

## **Cláusula 2ª**

### **Objecto**

Informatização dos elementos gráficos resultantes das operações de cadastro geométrico da propriedade rústica do concelho de Lagoa – Açores, estruturados de acordo com as regras estabelecidas pelo IGP e tendo em vista a futura integração desses dados num sistema de informação que facilite as operações de actualização de cadastro e a sua utilização.

## **Cláusula 3ª**

### **Constituição de Grupo de Trabalho**

O IGP e a CML comprometem-se a criar um grupo de trabalho com técnicos das duas instituições, com vista a dar execução ao presente Protocolo.

## **Cláusula 4ª**

### **Acções e Responsabilidades**

De acordo com o objecto do presente Protocolo, ambas as partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo discriminadas:

#### **Obrigações do IGP**

- a) Fornecer as secções cadastrais em formato *raster* (tiff), geo-referenciadas no sistema Hayford-UTM, Datum S. Brás;
- b) Fornecer à CML os gráficos de ligação (plantas de enquadramento) das secções;
- c) Promover a execução da verificação da qualidade do produto final e apoio técnico no processo de produção;
- d) Conceder à CML, para uso no âmbito das actividades que lhes são específicas, uma licença gratuita de utilização do cadastro geométrico da propriedade rústica.

#### **Obrigações da CML**

- a) Promover a realização dos procedimentos necessários à informatização do cadastro geométrico da propriedade rústica;
- b) Fornecer ao IGP toda a informação referente ao cadastro geométrico da propriedade rústica em formato vectorial.

#### **Obrigações Comuns**

Quaisquer trabalhos que venham a ser realizados tendentes à produção ou conservação de cadastro ou referência geográfica da propriedade serão reciprocamente cedidos, a título gratuito, entre as partes signatárias.

### **Cláusula 5ª** **Gratuidade de dados**

A transferência de informação referida na Cláusula 4ª, entre os outorgantes, efectuar-se-á gratuitamente.

### **Cláusula 6ª** **Prazos**

- a) Os dados referidos nas alíneas b) e d) da Cláusula 4ª, relativas às obrigações do IGP, serão entregues por este à CML até quatro semanas após a assinatura do presente Protocolo;
- b) Os dados referidos na alínea a) da Cláusula 4ª, relativa às obrigações do IGP, serão entregues por este à CML por grupos de freguesias; o primeiro grupo de freguesias será entregue até quatro semanas após a assinatura do presente Protocolo; os grupos seguintes serão entregues quatro semanas após a CML proceder à entrega dos dados referidos na alínea b) da Cláusula 4ª, relativa às obrigações da CML, relativos ao grupo anterior.

### **Cláusula 7ª** **Direitos de Autor relativos aos dados fornecidos pelo IGP**

1. Os dados fornecidos pelo IGP encontram-se protegidos pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não podem ser utilizados para finalidades distintas das protocoladas, nomeadamente, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP.
2. A utilização e divulgação externa dos dados, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

### **Cláusula 8ª** **Alteração ou revisão do Protocolo**

1. O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.



### **Cláusula 9ª** **Vigência**

O presente Protocolo vigorará pelo período de três anos, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos se nenhuma das partes se pronunciar em contrário até três meses antes da data de termo.

### **Cláusula 10ª** **Resolução**

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

### **Cláusula 11ª** **Interpretação**

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 2ª.
2. O presente Protocolo merece a concordância de ambas as entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

Ponta Delgada, 7 de Junho de 2004

Pelo IGP



Arménio dos Santos Castanheira  
Presidente

Pela CML



Luís Alberto Meireles Martins Mota  
Presidente